

## **RESOLUÇÃO Nº 62/2014**

(Publicada no Diário Oficial de 20/11/2014)

### **Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à VITRO DO BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 1100140011590,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à VITRO DO BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 56.656.382/0001-60 (matriz), a se instalar no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

#### **I - Crédito Presumido nas seguintes condições:**

**a)** fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de embalagens de vidro para cosméticos, pelo prazo de 12 (doze) anos, contado a partir do início das operações do empreendimento e;

**b)** fixa em 75% (setenta e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de embalagens de vidro importadas com diferimento, sendo que, após início da fase operacional, o benefício alcança apenas as embalagens não produzidas pela empresa.

#### **II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas seguintes hipóteses:**

**a)** nas importações e nas aquisições no Estado e em outras unidades da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação;

**b)** nas importações e nas aquisições internas com matérias-primas, materiais de decoração dos produtos, componentes e embalagens, nos termos da alínea “e”, inciso I e alínea “g”, inciso III do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização;

**c)** nas importações de coque de petróleo, nos termos da alínea “h”, inciso IX do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização e;

**d)** nas importações do exterior, mediante autorização da Secretaria da Fazenda, de embalagens de vidro (NCM 7010.90.9) e de vidro temperado e laminado para uso automotivo (NCM 7007.11 e 7007.21), nos termos do inciso L do art. 2º do Decreto nº 6.734/97.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 28 de outubro de 2014.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**

Presidente